



## Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil

### Ciberativismos feministas e transfeministas no Brasil

### Ciberativismos feministas y transfeministas en Brasil

Ana Paula Leite Nascimento<sup>1</sup> , Maria Helena Santana Cruz<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

#### **Autor correspondente:**

Ana Paula Leite Nascimento

E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br

**Como citar:** Nascimento, A. P. L., & Cruz, M. H. S. (2021). Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12353. <https://doi.org/10.20952/jrks2112353>

#### **ABSTRACT**

The study exposes the picture of feminist and transfeminist cyberactivisms, particularizing the Brazilian experience. In this attempt, he portrayed the relationship between feminisms, transfeminisms and cyberactivisms; inventorized feminist and transfeminist pages and virtual communities in Brazil; and ascertained the growth rate in the creation of feminist and transfeminist virtual communities. It was referred to in a survey on the social networks of Facebook, Instagram and Twitter, as well as in the Google Trends database. It was classified as feminist research, based on bibliographic research and field research. In the investigation, profiles, pages and virtual feminist and transfeminist communities were mapped, as a contribution and scenario of cyberactivisms in Brazil, demarcating percentages of creation and reach of popularity.

**Keywords:** Cyberactivisms. Feminisms. Social struggles. Transfeminisms.

#### **RESUMO**

O estudo expõe o quadro dos ciberativismos feministas e transfeministas, particularizando a experiência brasileira. Nesse intento, retratou a relação entre feminismos, transfeminismos e ciberativismos; inventariou páginas e comunidades virtuais feministas e transfeministas no Brasil; e averiguou a taxa de crescimento na criação das comunidades virtuais feministas e transfeministas. Referenciou-se em levantamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter, assim como na base de dados do *Google Trends*. Classificou-se como pesquisa feminista, balizada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na investigação, foram mapeados perfis, páginas e comunidades virtuais feministas e transfeministas, como contributo e cenário dos ciberativismos no Brasil, demarcando percentuais da criação e alcance da popularidade.

**Palavras-chave:** Ciberativismos. Feminismos. Lutas sociais. Transfeminismos.

## RESUMEN

---

El estudio expone el cuadro de los ciberactivismos feministas y transfeministas, particularizando la experiencia brasileña. En este intento, retrató la relación entre feminismos, transfeminismos y ciberactivismos; inventariado páginas feministas y transfeministas y comunidades virtuales en Brasil; y constató la tasa de crecimiento en la creación de comunidades virtuales feministas y transfeministas. Referenciado en una encuesta en las redes sociales de Facebook, Instagram y Twitter, así como en la base de datos de Google Trends. Se clasificó como investigación feminista, basada en la investigación bibliográfica y la investigación de campo. En la investigación se mapearon perfiles, páginas y comunidades virtuales feministas y transfeministas, como aporte y escenario de ciberactivismos en Brasil, demarcando porcentajes de creación y alcance de popularidad.

**Palabras clave:** Ciberactivismos. Feminismos. Luchas sociales. Transfeminismos.

## INTRODUÇÃO

---

Esse estudo se propôs a apresentar o quadro dos ciberativismos feministas e transfeministas no contexto do Brasil. Desta feita, iremos trazer uma breve abordagem acerca dos fundamentos teóricos e analíticos que subsidiaram o processo investigativo. Fez-se necessário, inicialmente, abordar a relação entre feminismos, transfeminismos e ciberativismos. Na sequência, catalogar as páginas e comunidades virtuais feministas e transfeministas brasileiras; e, por fim, verificar se houve crescimento das redes e comunidades virtuais feministas e transfeministas.

Como percurso metodológico, realizamos levantamento nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter a partir dos descritores: *Marcha; Frente Feminista e Transfeminista; Coletivo Feminista e Transfeminista*, sem delimitar o ano da criação dos perfis das páginas brasileiras localizadas. Procedemos ao mapeamento da intenção de pesquisa no *Google Trends*, recorrendo às palavras: *Feminismo; Feminista; Transfeminismo; Transfeminista*, considerando o período de 2015 a 2020 para as buscas.

Configurou-se como uma pesquisa feminista no seu caráter teórico-metodológico e da práxis; e possui natureza qualiquantitativa. Caracterizou-se também como pesquisa descritiva, combinando elementos descritivos e explicativos; desenvolvemos pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para a coleta e produção de dados. A organização e a interpretação dos dados basearam-se nas premissas teóricas e analíticas que alicerçaram a investigação social.

## RELAÇÕES ENTRE FEMINISMOS, TRANSFEMINISMOS E CIBERATIVISMOS

---

Os feminismos não podem ser configurados apenas como campos teóricos, apesar de seus relevantes contributos teóricos para desmistificar e desnaturalizar opressões, explorações e violências. Os feminismos ocupam também as configurações de movimentos que estão diuturnamente nas frentes das lutas por direitos negligenciados às mulheres, como expressões da questão social, com sua práxis cotidiana estendida ao combate às formas de explorações, opressões e violências sustentadas no sexismo, patriarcado, capitalismo, conservadorismo, profascismo. No dizer de bell hooks (2019, p. 17), o feminismo é “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão”.

Concordamos com a assertiva de que “o feminismo, como doutrina que preconiza a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, é certamente a expressão máxima de consciência crítica feminina” (Costa & Sardenberg, 2008, p. 24). É, portanto, essa consciência crítica das mulheres, desde o seu nascedouro até os dias atuais, que aponta direções cotidianas para percepções, análises e enfrentamentos dos processos que

vivenciam e/ou sofrem nos diferentes espaços que ocupam e se fazem presentes, sejam espaços públicos ou privados.

É relevante demarcar que a consciência crítica feminina configurada no campo do feminismo ou de matriz feminista

[...] [foi] forjada, inicialmente, na Europa setecentista, particularmente na França e na Inglaterra, em meio às grandes transformações que então se operam, como consequência do estabelecimento de um novo sistema econômico: o capitalismo. Por um lado, suas raízes se atrelam aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, que teve seu auge na Revolução Francesa de 1789. [...] Por outro lado, com o surgimento do capitalismo e, como parte dele, da força imperativa da acumulação regida pela busca constante e crescente de lucro, todas as relações sociais, inclusive da família, assumem características específicas, definidas e demarcadas pelas relações sociais de produção necessárias ao desenvolvimento do sistema (Costa & Sardenberg, 2008, p. 24-25; supressões e acréscimo nosso).

O processo de consciência feminista esteve envolto à trama histórica, social, econômica, política e cultural da sociedade, e à medida que se vivenciava esse movimento, ruíam valores e bases explicativas que reforçavam a inferioridade das mulheres e as relações sociais de produção e reprodução da opressão, exploração e violências estabelecidas, com vistas à produção de novas relações sociais amparadas em fundamentos da consciência crítica feminista.

A dinâmica da processualidade da consciência feminista continua a se desenvolver dia após dia, com elaborações teóricas e práxis social e política com lutas cotidianas que reafirmam direitos em diferentes dimensões, políticas públicas e melhores condições de vida às mulheres. Na multiplicidade e diversidade de manifestações, consideradas as especificidades do processo, as rupturas podem alimentar ideias e ações de cariz revolucionário como fundantes e geradoras de um novo projeto societário, sem exploração e opressão de classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros marcadores sociais.

Cada contexto conjuntural e estrutural foi cenário para formas específicas de organização, debates, articulações e lutas encampadas pelos movimentos feministas, que apresentaram similitudes e particularidades das bases teóricas, pautas e táticas de lutas, no âmbito internacional e nacional. Da emergência à atualidade, a consciência crítica feminista passou por processos de tomada de consciência e do seu amadurecimento: criando, recriando, ruindo, construindo, transformando, apresentando elementos conceituais e oxigenando a práxis feminista.

O avanço tecnológico passo a passo com a Revolução Industrial resultou em abertura de caminhos para a inserção e participação massiva das mulheres na força de trabalho, que, pela condição de inferioridade vivenciada no ambiente doméstico, foram submetidas a condições de trabalho ainda mais precárias que os homens, a exemplo da expressa negação ao direito à sindicalização; ao acesso à proteção das leis trabalhistas que garantiam o salário, o limite da jornada e as mesmas condições de trabalho dos homens; ao direito à cidadania. Esse quadro reflete o histórico binômio opressão-exploração: além da exploração mais exponencial às mulheres, também a opressão que circunscrevia suas vidas (Costa & Sardenberg, 2008).

A saída de casa, aonde operavam a força trabalho doméstica/privada, para a participação na força de trabalho externa/pública possibilitou o rompimento com o isolamento doméstico e a participação social em contato direto com os ideais liberais de igualdade, alicerçando a formação político-social e a consciência crítica das mulheres. Essas condições objetivas e subjetivas levaram as mulheres gradativamente à subversão, ou seja, a se darem conta da exploração e da opressão a que estavam submetidas. Daí, pela consciência da situação de inferioridade, origina-se o movimento feminista, tendo o seu surgimento ao final século XVIII

e alcance de mais corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos (Costa & Sardenberg, 2008).

As correntes feministas conformam o que foi nomeado de ondas ou gerações do feminismo, extrapolando configurações espaciais e tempos cronológicos, haja vista que se inter cruzam nos tempos e espaços societários em diversos países. A primeira onda ou geração do feminismo reflete a emergência do pensamento feminista, foi marcada pelo movimento sufragista; pela defesa da igualdade de direitos civis, políticos e educativos, exclusivos aos homens; e por campanhas pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos. Na segunda onda, incorporam-se construções teóricas ao tempo em que foram mantidas as preocupações sociais e políticas da pauta feminista. Destacam-se, pois, a apropriação do conceito de gênero e a resignificação política do cotidiano com a disseminação do princípio “o pessoal é político”, demarcando a estrutura de poder que dava as bases para o que se afirmava “natural” nas desigualdades e opressões a que as mulheres estavam expostas (Louro, 1997; Cruz, 2014).

A terceira onda ou geração do feminismo trouxe em seu bojo pressupostos analíticos sobre diferenças, diversidade, alteridade e produção discursiva da subjetividade. Nesse contexto, os estudos antes restritos às mulheres passaram a se configurar estudos das relações de gênero, articulando o contributo do movimento político das mulheres à inserção dos estudos na academia. A quarta onda se apresenta como uma experiência inovadora e enfatiza a necessidade de interlocução entre o local e o global. Dessa maneira, chama a atenção para os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos, reforçando, cada vez mais, o imperativo da análise considerando a interseccionalidade dos fenômenos e/ou marcadores de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros (Matos, 2010a; Matos, 2010b; Cruz, 2014).

Na particularidade do Brasil, a primeira emergência do pensamento feminista foi datada do século passado, com introdução por Nísia Floresta Brasileira Augusta, quando a publicação de algumas de suas obras<sup>1</sup> constituiu-se marco do despertar de uma consciência crítica relativa à condição feminina na sociedade brasileira. É pertinente rememorar que enquanto no contexto internacional da Europa e dos Estados Unidos experimentava-se a revolução em todas as esferas da vida social, até mesmo nas relações pessoais e na família, disparada pelo “novo” modo de produção (capitalista) que se estabelecia, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, ainda se vivenciava a égide do regime colonial, escravocrata, patriarcal. As primeiras manifestações feministas estiveram direcionadas à conquista do direito à educação e profissionalização da mulher. E, na primeira metade do século XX, houve dedicação à conquista do voto feminino, enquanto luta organizada, apesar de a mobilização ter sido apenas com determinados setores do segmento feminino da população (Costa & Sardenberg, 2008).

No ano de 1975, quando se comemorou o Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi realizado um grande seminário na cidade do Rio de Janeiro, que discutiu a condição feminina na sociedade brasileira, referenciando-se nas propostas do “novo” movimento feminista em desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos, que caracterizado como “feminismo moderno” defendia a premissa: o “pessoal é político”. Além da ousada inovação do questionamento à divisão sexual do trabalho e ao papel tradicional da mulher na família e na sociedade. No intuito de ampliar a organização das mulheres, correntes autônomas feministas no Brasil buscavam construir formas de articulação entre os diversos grupos no país, almejando discussão própria: tanto na direção de aprofundamento da reflexão acerca da problemática específica da mulher quanto no propósito de definir novos rumos e dar encaminhamento a campanhas de nível nacional. As primeiras experiências foram seminários restritos ou encontros paralelos no escopo das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e, a partir de 1984, organizaram

---

<sup>1</sup> As obras foram: “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856). Também, a tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832) (Costa & Sardenberg, 2008).

encontros próprios, cuja responsabilidade da organização era delegada aos grupos feministas do estado que sediava o evento (Costa & Sardenberg, 2008).

Após a experiência do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1985 na cidade de Bertioga, São Paulo, contando com a participação de mais de mil mulheres de diferentes estados e países, os encontros nacionais, que eram eventos restritos aos membros de grupos autônomos, passaram a incorporar expressivo número de mulheres participantes de outros movimentos, como resultado do trabalho constante de conscientização sobre a especificidade da condição feminina com os setores populares; da abertura para o feminismo de setores até aquele momento refratários (como os partidos e os sindicatos); da popularização das reivindicações e das lutas feministas através dos meios de comunicação; e da legitimação e institucionalização do feminismo, a exemplo da criação de órgãos especiais de assessoria e atuação junto ao Estado, como os Conselhos. Vislumbrou-se então um novo quadro: o feminismo que saía do gueto, dos pequenos grupos, das camadas médias urbanas, com a tarefa política de mobilizar e formar, a partir da consciência crítica feminista, outros setores da sociedade, mesmo aqueles mais conservadores, como no caso do trabalho conjunto entre feministas, delegadas e policiais na formação do pessoal especializado para o atendimento às mulheres vítimas da violência, devido à criação das delegacias de atendimentos às mulheres (Costa & Sardenberg, 2008).

Na atual conjuntura, algumas pautas históricas feministas e transfeministas continuam sendo motes das lutas, recorrendo a mecanismos organizativos e combativos de outrora, também históricos, além de estratégias de mobilização e lutas associadas às condições objetivas e subjetivas da contemporaneidade.

O feminismo não é um movimento único: há uma pluralidade semiótica do feminismo. Como não há uma corrente teórica única do pensamento feminista, adota-se o termo feminismos pela diversidade de correntes teóricas que contribuem, a partir de teorias gerais, para a compreensão do porquê e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade, além de incidir em processos de transformação dessa realidade. Assim, os feminismos encampam bandeiras, reivindicações e lutas diversas (Jesus, 2018).

É importante situar que os feminismos comportam o transfeminismo, o qual se caracteriza como pensamento e práxis feminista que se encontra em metodologia de construção: “[...] é uma literatura de fronteira. De no máximo cinco anos de desenvolvimento por estas paragens brasileiras, e que por isso mesmo estão sendo delineados os seus horizontes teóricos e éticos” (Jesus, 2014, p. 6). Registra-se que

[...] o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela *internet*, anuncia-se em *blogs* e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (Jesus, 2014, p. 5; grifos originais, supressão nossa).

Pois bem, sua base é intensamente forjada na internet e é legatário dos fundamentos políticos alicerçado no processo de consciência política e resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não binárias, *crossdressers*, e outros humanos inominados); e dos fundamentos e das contribuições teórico-práticas do feminismo negro, particularmente do princípio da interseccionalidade, da não hierarquia de opressões, da denúncia da vinculação de gênero a modelos supremacistas de quem sejam homens ou mulheres, das falas das pessoas

historicamente oprimidas e do questionamento do conceito de mulher do qual se apropriam as feministas brancas (Jesus, 2014; Jesus, 2018).

Feminismos que não incluem as mulheres trans são (re)produtores de discursos e práticas que reforçam as relações de poder e dão coro às opressões de gênero, além de se mostrarem contraditórios na defesa de bandeiras pelo fim das violências e opressões de gênero. Feminismos com essa formatação precisam ser questionados e revistos para recuperar a criticidade dos seus fundamentos, ampliar a representação e concepção do construto mulheres, alargar as bandeiras e suplantar as contradições que os moldam a ponto de estarem equivocadamente reduzindo às mulheres ao aspecto biológico.

É importante demarcar que “a noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual” (Jesus, 2014, p. 13). A relevância e a potência do transfeminismo se traduz e se revela na dimensão dos fundamentos teóricos, como campo do conhecimento em construção, e igualmente na dimensão de práxis social e política para as lutas e os enfrentamentos cotidianos ao legitimar as existências da pluralidade e da diversidade das identidades de gênero, além do reconhecimento das opressões interseccionadas sofridas pelos corpos com identidades, expressões e performances que subvertem e (r)existem dissidentes às normas e regulações sexistas, também, racistas.

A apropriação do conceito de gênero contribui nos processos de formação política, da consciência crítica e das lutas feministas e transfeministas por incidir em rupturas do determinismo biológico, que ainda fundamenta e “justifica” as opressões, violências e desigualdades de gênero. Apesar da frequente recorrência às correntes biológicas, é incontestável as mudanças, até mesmo as revoluções, provocadas pelo debate e pelas relações de gênero, isto é, da formação gendrada.

No cenário acadêmico, o conceito emergiu nos anos 1970, ganhando destaque somente a partir de 1980 e 1990 em inúmeros países da Europa e dos Estados Unidos, conforme apropriação dos movimentos feministas. Ao final do século XX, o conceito passou a ser utilizado no Brasil por diferentes correntes do movimento feminista, refletindo em avanços do debate teórico e nas estratégias de luta das mulheres, de acordo com avaliações das próprias feministas (Campos, 2011).

O debate sobre gênero, ao apontar novas concepções, trouxe explicações e interpretações que provocaram (e ainda provocam) micro e macrorrevoluções mediadas e integradas às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Observa-se que os questionamentos e as revoltas instigados pelos feminismos contemporâneos se manifestam nos espaços virtuais e nas ruas. Frisa-se que parte deles, embora vistos nas ruas eventualmente, nascem na internet, nas redes sociais, no mundo virtual, com frutos no mundo físico chegando a transformar o contexto da realidade. Tais processos impactam diretamente na constituição subjetiva de indivíduos e grupos sociais, resultando em reavaliação e apropriação de valores e práticas (Jesus, 2013; Jesus, 2018).

Enquanto “espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade” (Jesus, 2018, p. 14). Insta salientar que esses contradiscursos são potentes e “reafirmam os aspectos mais inclusivos dos feminismos interseccionais” (Jesus, 2018, p. 14).

Marca-se a partir dos anos 2000 a chegada da internet no Brasil, só que, ao comparar a sua inauguração, popularização e domínio do ciberespaço com outros países da Europa, Oceania e América do Norte, verifica-se que a experiência na América Latina e no Brasil é tardia. Mas, mesmo assim, conseguiu produzir mudanças significativas nas formas de comunicação, interação e ainda na atuação militante das feministas, processo que se vivencia até os dias de hoje (Dutra, 2018).

Após a chegada da internet, transformou-se e popularizou-se os feminismos assim como os transfeminismos, devido ao alcance a número significativo de pessoas, além da linguagem mais acessível própria dessa interface digital. Essa nova manifestação expressiva de feministas e transfeministas conectadas vem sendo chamada de “quarta onda” do movimento feminista, uma onda que tem a especificidade de ser marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela. É, pois, um fenômeno próprio dos feminismos contemporâneos.

As TICs vêm assumindo papel expressivo na ampliação da visibilidade dos movimentos sociais e processos de associativismo civil, potencializado pela disseminação da internet, ao final do século XX, quando alguns movimentos sociais vislumbraram e experimentaram novos caminhos para espalhar sua mensagem e gerar engajamento. Dessa forma, a apropriação das novas TICs pelas mulheres ativistas nos tempos atuais proporcionou conexões feministas e transfeministas com trocas de vivências, formação sociopolítica, sororidade e militância mediadas por essas tecnologias. O ano de 2015 ilustrou a capacidade de mobilização nacional (e também internacional) alcançada por mulheres em rede, período em que várias iniciativas de mobilização e solidariedade surgiram ou foram consolidadas, especialmente através dos sítios de redes sociais (Natansohn & Reis, 2017; Buitoni & Lopes, 2018).

Vale mensurar o alcance da mobilização por meio da hashtag #primeiroassedio que atingiu, em 2015, mais de 11 milhões de buscas, de acordo com dados do *Google Trends*. Como um dos resultados, registrou-se crescimento em 40% (relacionado ao ano de 2014) do número de denúncias de violência contra a mulher por meio do disque-denúncia da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Nesse período, de igual maneira, constatou-se aumento das buscas no Google usando os termos feminismo (86,7%) e empoderamento feminino (354,5%). A articulação e a mobilização on-line foram tão surpreendentes e em uma diversidade de frentes e pautas que a mídia batizou o ano de 2015 como a Primavera das Mulheres, fazendo alusão à Primavera Árabe (Natansohn & Reis, 2017).

Reconhece-se que a repercussão da Primavera das Mulheres nas mídias sociais mediada pelo ciberfeminismo, apropriado e modificado do que surgiu nos anos de 1990, mostrou a busca por reconhecimento, pelas lutas sociais feministas, da tomada de decisões na liderança das manifestações ativistas. O ano de 2015 figurou como o ponto alto de uma mobilização físico-virtual crescente que se retroalimentava dos acontecimentos e fenômenos que provocaram e instigaram a articulação de milhares de mulheres nas redes e nas ruas. Nesse processo, a identidade feminista se fortaleceu na medida em que muitas mulheres, ao exercitar o compartilhamento, estavam também a se identificar com o feminismo na rede, e isso foi responsável por traçar um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo, por sua vez, estereótipos que foram cultivados durante muito tempo em relação ao movimento feminista (Buitoni & Lopes, 2018; Dutra, 2018).

O ciberespaço, pois, vem sendo, a cada dia mais, em grande escala, um espaço de ativismo ocupado pelos movimentos feministas e transfeministas, cumprindo um papel de alargar a articulação e mobilização das mulheres por intermédio das redes, seguidos também de maior contingente em manifestações de ruas, associado ao potencial da movimentação originada nas redes, particularmente às resistências das mulheres organizadas em diferentes movimentos feministas e transfeministas.

Salienta-se que o ciberfeminismo, configurado como movimento social, “[...] consegue ressignificar elementos do feminismo a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres” (Dutra, 2018, p. 25; supressão nossa). E, sem dúvidas, “extrapolar as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião, raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir” (Dutra, 2018, p. 25).

Referendamos a assertiva de que “o feminismo é tanto prática quanto processo. Entender a categoria mulher a partir da totalidade aparece, então, como desafio e potencialidade para o movimento” (Oliveira & Silva, 2016, p. 803). O viés da totalidade implica

em conceber o conjunto de complexos e partes que se articulam entre si e compõem a processualidade da realidade social em que as mulheres estão inseridas, perpassada por contradições e mediações. É nesse movimento da realidade que as mulheres se articulam e mobilizam as lutas sociais cotidianas em unidade, mesmo diante da diversidade e pluralidade que as mulheres representam. A unidade para as lutas não as enquadram em um conceito universal de mulher, nem silencia suas necessidades específicas, mas revela a força de suas resistências e a potência das estratégias de lutas unificadas, que também são lutas sociais coletivas por representar pautas das mulheres.

Não obstante às singularidades e diversidades de motes dos movimentos e comunidades virtuais feministas e transfeministas, os feminismos e transfeminismos em redes possibilitaram consensos e lutas unificadas, visto que as redes conseguiram agregar diferentes agrupamentos identitários dos feminismos e transfeminismos, apresentando-se como instrumento de construção e práxis interseccionais do ativismo e ciberativismo feministas e transfeministas (Costa, 2018).

Os marcadores sociais e as diferentes categorias da totalidade em intersecção na análise crítica da realidade de vida das mulheres e ao traçar a práxis das lutas sociais são determinantes para: 1. fortalecer a consciência reivindicatória feminista e transfeminista; 2. ruir as relações de poder que estruturam a supremacia masculina e a inferiorização delegada às mulheres; 3. captar a interseccionalidade dos múltiplos eixos de subordinação, exploração e opressão; 4. pensar políticas (ações, serviços, projetos e programas) para enfrentar e tombar as bases estruturais das relações patriarcais, das desigualdades de gênero, classe e raça, entre outras assimetrias, com horizontes que proporcionem melhores condições de vida e existências às mulheres. A esse respeito, Crenshaw (2002, p. 177) expõe que:

[...] a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as [consequências] estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Outrossim, “pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis” (Ribeiro, 2018, p. 82). A apropriação conceitual de premissas teóricas e analíticas, as ações e as lutas sociais interseccionadas e articuladas se mostram necessárias para as desconstruções e rupturas dos sistemas e das relações patriarcais, sexistas, racistas, heterossexistas e capitalistas, e do histórico poder do macho, ainda em hegemonia.

É imperioso assinalar que não podemos “[...] pensar nas relações sociais de sexo, raça/etnia e classe de forma isolada, mas como um ‘novelo’ dialético” (Cisne, 2018, p. 226, supressão nossa), o que poderá subsidiar não só o processo de entendimento e análise das condições objetivas e subjetivas de existências, especialmente a práxis que pode levar a outras relações sociais. Isso porque os movimentos feministas e transfeministas produzem práticas sociais que “podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais” (Kergoat, 2010, p. 95).

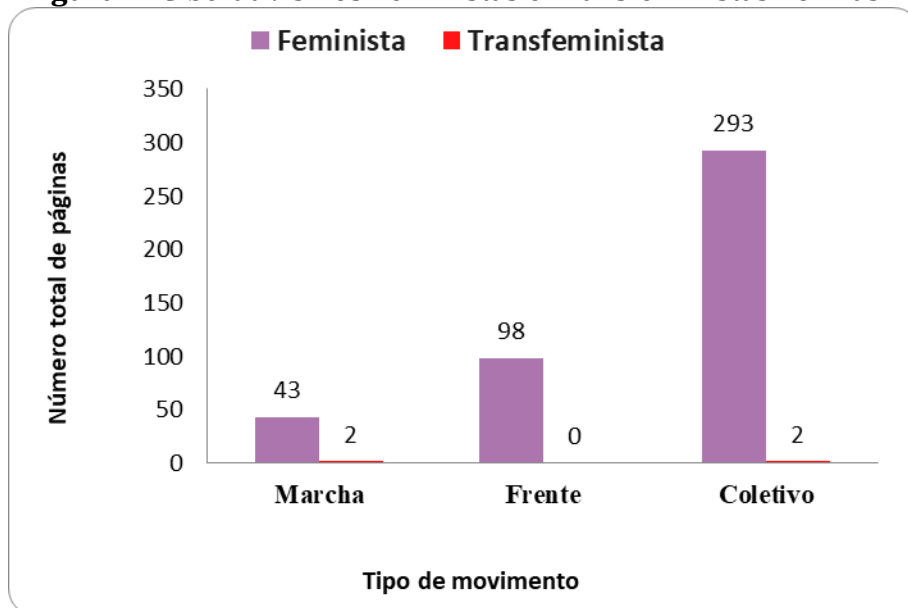


## CIBERATIVISMOS FEMINISTAS E TRANSFEMINISTAS NO BRASIL

Para trazer o quadro do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil, foi realizado levantamento<sup>2</sup> nas redes sociais do Facebook, do Instagram e do Twitter a partir dos seguintes descritores: *Marcha*; *Frente Feminista*; *Frente Transfeminista*; *Coletivo Feminista*; *Coletivo Transfeminista*. Ao localizarmos as páginas do descritor *Marcha*, selecionamos apenas aquelas relacionadas às pautas feministas e transfeministas. Nesse estudo, todos os perfis mapeados mediante os descritores citados foram considerados pelo critério de ser uma página brasileira.

Na figura 1, expomos os quantitativos das Marchas, Frentes e Coletivos Feministas e Transfeministas.

**Figura 1.** Ciberativismos Feministas e Transfeministas no Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento nas redes sociais.

As redes sociais contabilizaram o total de 438 páginas, sendo 434 perfis feministas, equivalente a 99,1%; e apenas 4 transfeministas correspondentes a 0,9%. A maior expressão foi entre os Coletivos, com 295, representando 67,3%; nas Frentes, somou-se 98, perfazendo 22,4%; e a menor soma se deu nas Marchas, calculando 45, atingindo somente 10,3%. Os perfis identificados foram criados no período de 2009 a 2020. Do total de páginas, foi majoritário o quantitativo no Facebook com 376 perfis, relativo a 85,8%; o Instagram teve 48 páginas, ou seja, 11%; e, no Twitter, apenas 14 perfis, totalizando 3,2%.

A criação dos *Coletivos feministas e transfeministas* se deu no ínterim de 2011 a 2020. Foram encontrados 295 Coletivos, com 99% (293) de páginas feministas e somente 1% transfeminista (2). O número de seguidoras/es varia entre 49.547 com maior alcance e 2, o seu menor.

Em 2011, apenas dois perfis identificados no Facebook. O *Cunhã Coletivo Feminista*<sup>3</sup> com maior número de seguidoras/es: 7.503 pessoas seguindo e 7.375 curtidas. A *Cunhã Coletivo Feminista* é uma organização social sem fins lucrativos que atua na cidade de João Pessoa (PB), no Nordeste do Brasil, desde 1990.

<sup>2</sup> O mapeamento nas redes sociais Facebook e Instagram foi no mês de abril de 2020 e, na rede social Twitter, em agosto de 2020. Houve essa diferença temporal para o levantamento nessa última rede, porque a decisão de incorporá-la ao universo da pesquisa se deu em etapa posterior sem prejuízos ao estudo, pois ocorreu em tempo de ampliar a amostragem e realizar a organização e a análise dos dados em diálogo com os dados das outras redes.

<sup>3</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/cunhanfeminista/>

No ano de 2012, três páginas no Facebook. Tem mais seguidoras/es no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde<sup>4</sup>: 40.845 pessoas estão seguindo e 40.009 pessoas curtem. É uma Organização Não Governamental que desenvolve desde 1985 um trabalho de atenção primária à saúde da mulher em uma perspectiva feminista e humanizada; inspirado pela experiência feminista internacional, o método utilizado é o da crítica ao modelo médico clássico da gineco-obstetrícia. O modelo do Coletivo vem propondo uma “medicina suave” – dos tratamentos naturais e menos agressivos – e de preocupação com o conhecimento do corpo como um dos elementos centrais para a saúde. Como uma casa aberta à comunidade, o Coletivo oferece serviços que incluem: consultas de saúde e ginecológicas, pré-natal, etc.; atendimento psicológico; orientação jurídica para situações de violência doméstica, sexual, racial, etc.; treinamento na área de atendimento à violência, anticoncepção, saúde sexual, entre outros.

Em 2013, dez perfis no Facebook. Agrega mais seguidoras/es no Coletivo Feminista Rosa Lilás<sup>5</sup>, com 5.990 pessoas e 5.932 curtidas. É um coletivo feminista que atua em prol do desenvolvimento de políticas públicas no interior de São Paulo desde 2011. Na descrição, há “Lutamos contra a desigualdade e violência de gênero”, articulando-se pelo mote #ÉPelaVidaDasMulheres.

No ano de 2014, 33 páginas, sendo 32 no Facebook e 1 no Instagram. Com 8.678 seguidoras/es e 8.410 curtidas, o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Nacional<sup>6</sup> tem maior abrangência. O Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro dirige suas ações nos interesses das trabalhadoras em luta contra a exploração capitalista.

Em 2015, 40 perfis no Facebook. Agrega maior adesão o Humaniza Coletivo Feminista - Violência Obstétrica Manaus<sup>7</sup>, somando 2.775 seguidoras/es e 2.731 curtidas; em sua descrição, faz o chamado às mulheres: “Se você sofreu algum tipo de descaso/violência durante seu pré-natal e parto, informe por mensagem que nós iremos te auxiliar a encaminhar a reclamação”. Aponta ainda “Somos Humaniza Coletivo Feminista, uma Associação sem fins lucrativos que luta pela erradicação da violência obstétrica, entre outros direitos das mulheres”.

No ano de 2016, 57 páginas, com 54 no Facebook, dois no Instagram e um no Twitter. Identificamos quatro páginas com mais seguidoras/es. Coletiva Feminista Radical Matinta<sup>8</sup> possui 49.209 pessoas seguindo e 48.781 pessoas que curtem. Na descrição do perfil, citam em verso: “[...] Vamos unidas lutar/Teu império derrubar/Somos mulheres, somos guerreiras/Juntas somos Matintas Pereras”.

O Coletivo Feminista Rosa Lilás Sorocaba<sup>9</sup> totaliza 10.258 pessoas que estão seguindo e 9.882 pessoas que curtem. É um Coletivo Feminista interseccional (contra machismo, racismo, LGBT fobias e pela luta de classe), enfatizando na descrição “Lutamos pela emancipação da mulher e igualdade de gênero”. O Coletivo Feminista Carolina de Jesus<sup>10</sup> tem 9.436 seguidoras/es e 9.090 curtidas. Na descrição, assinala que é um Coletivo Feminista da UFSCar, Campus Sorocaba, formado por minas para as minas; Coletivo feminista (sem vertente única associada) idealizado em 2015 por algumas mulheres cansadas do patriarcado em uma salinha da UFSCar (campus Sorocaba). E o Coletivo Feminista Flores de Frida<sup>11</sup>, com 8.683 pessoas seguindo e 8.655 pessoas que curtem. Em sua descrição, menciona: “Somos um coletivo diversificado de universitárias que busca o empoderamento feminino a partir da sensibilização e participação ativa de mulheres”; o Coletivo Feminista Flores de Frida surgiu da união de alunas de diversos cursos da Unifacs - Salvador, em prol da luta pelos direitos das mulheres.

<sup>4</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/ColetivoFeminista/>

<sup>5</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/rosalilasfeminista/>

<sup>6</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/CFCAMBR/>

<sup>7</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/HumanizaColetivoFeminista/>

<sup>8</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/ColetivaMatinta/>

<sup>9</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/RosaLilasSorocaba/>

<sup>10</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/CFCarolinaJesus/>

<sup>11</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/Coletivo-Feminista-Flores-de-Frida-255502588127983/>

Em 2017, 34 perfis, sendo 29 no Facebook e 5 no Instagram. A maior expressividade foi constatada no Coletivo Feminista S Saúde<sup>12</sup> com 29 mil seguidoras/es: um espaço para todas as pessoas que buscam autonomia, autoconhecimento e atendimento à saúde.

No ano de 2018, 47 páginas, com 32 no Facebook, 11 no Instagram e quatro no Twitter. O Coletivo Feminista Helen Keller<sup>13</sup> agrega maior adesão com 2.964 pessoas seguindo e 2.769 curtidas: Coletivo Feminista de Mulheres com Deficiência, que pauta a intersecção entre gênero e deficiência na construção de uma agenda política.

Em 2019, 39 perfis, sendo 21 no Facebook, 16 no Instagram e dois no Twitter. O Coletivo Feminista Classista Marielle Franco<sup>14</sup> tem maior adesão, perfazendo o total de 18.614 pessoas que estão seguindo e 18.271 curtidas: surgiu em meio à necessidade de conhecer a história do movimento feminista; constitui a Colateral da Resistência/PR e contribui na construção do feminismo, reafirmando o brado “Marielle Vive!”.

No ano de 2020, 30 páginas, com 13 no Instagram, dez no Facebook e sete no Twitter. O Coletivo Feminista Unigranrio<sup>15</sup> agrega maior número com 25,4 mil seguidoras/es: é um Coletivo Feminista de Medicina Unigranrio Barra. Na sequência, a Bancada Feminista do PSOL<sup>16</sup> contabiliza 10.562 pessoas que estão seguindo e 10.269 curtidas. A descrição demarca: “Somos mães, negras, trabalhadoras e trans. Somos uma pré-candidatura feminista à vereança em São Paulo pautada no ecossocialismo e em defesa dos interesses das mulheres da classe trabalhadora”.

Sobre as *Frentes*, identificamos apenas perfis feministas, cujas páginas foram criadas entre 2012 e 2020. Constatamos no mapeamento 98 Frentes, com 100% dos perfis feministas, variando o número de seguidoras/es de 10.867 a 17 mil. Em 2012, três páginas, sendo duas no Facebook e uma no Twitter. A Frente Feminista da PUC-SP<sup>17</sup> abarca maior expressividade, com 1.574 pessoas que estão seguindo e 1.560 pessoas curtindo. É um espaço auto-organizado das estudantes.

No ano de 2013, cinco perfis com três no Facebook, um no Instagram e no Twitter. A Frente Feminista Casperiana Lisandra<sup>18</sup> atinge maior alcance: 3.262 seguidoras/es e 3.228 curtidas. Em 2014, 14 páginas no Facebook. Aglutina mais adesão a Frente Feminista USP<sup>19</sup>, com 3.712 pessoas seguindo e 3.691 pessoas que curtem. No ano de 2015, 12 perfis no Facebook. Agrega mais a Frente Feminista Mackenzista<sup>20</sup>, somando 3.512 seguidoras/es e 3.502 pessoas que estão curtindo.

Em 2016, 17 páginas no Facebook. Atinge mais representatividade a Frente Feminista Universitária de São Paulo<sup>21</sup>, com 2.268 seguidoras/es e 2.272 pessoas que curtem. É uma frente composta por mais de 50 coletivos feministas universitários de São Paulo e região, de universidades estaduais e federais e universidades particulares. Na descrição, informa: “Nosso objetivo é estabelecer uma união capaz de discutir pautas comuns ao meio universitário e se colocar como grupo de pressão e reivindicação da agenda dos movimentos de minoria”. Acrescenta-se que a “ideia de uma frente feminista teve início na articulação do boicote à festa Fantasias no Bosque, organizada pela Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz (AAAOC) da Medicina da USP, na gestão de 2016”.

---

<sup>12</sup> Recuperado de: [https://www.instagram.com/coletivo\\_feminista/](https://www.instagram.com/coletivo_feminista/)

<sup>13</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/coletivofeministahelenkeller/>

<sup>14</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/mariellecoletivo/>

<sup>15</sup> Recuperado de: [https://www.instagram.com/medbar\\_porelas/](https://www.instagram.com/medbar_porelas/)

<sup>16</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/bancadafeministapsol/>

<sup>17</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/PUCSPFrenteFeminista/>

<sup>18</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/ffcasperiana/>

<sup>19</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/frentefeminista.usp/>

<sup>20</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/frentefemmack/>

<sup>21</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/frentefeministasp/>

No ano de 2017, 16 perfis, sendo 13 no Facebook, dois no Instagram e um no Twitter. A página As Amazonas<sup>22</sup> possui mais seguidoras/es, com 9.478 pessoas seguindo e 9.445 curtidas. No texto da descrição, cita que é uma “Frente feminista criada por alunas da UTFPR - Pato Branco”.

Em 2018, 17 páginas, com 11 no Facebook e seis no Instagram. A Frente Feminista de Londrina - 8M Londrina<sup>23</sup> - dispõe de quantitativo expressivo, somando 10.804 pessoas que estão seguindo e 10.530 curtidas. Na descrição, ressalta que “Frente Feminista sempre foi e é 8M Londrina e 8M Londrina sempre foi e é Frente Feminista! Continuamos com as mesmas integrantes e os mesmos ideais”.

No ano de 2019, dez perfis, sendo cinco no Instagram e cinco no Facebook. A maior adesão foi constatada na Frente Feminista de Londrina<sup>24</sup>, com 2.132 seguidoras/es e destaca na descrição o mote do 8M Londrina. Em 2020, quatro páginas, com três no Instagram e uma no Facebook. A Frente Feminista Abolicionista<sup>25</sup> possui mais seguidoras/es: 1.301; é um grupo de mulheres feministas que produz material pela abolição da indústria do sexo.

No que se refere ao percentual das *Marchas feministas e transfeministas*, os perfis tiveram criação no intervalo de 2009 a 2020. Foram 45 Marchas, somando 96% de páginas feministas (43) e 4% transfeministas (2); a adesão das/os seguidoras/es varia de 22 mil a 191 nas respectivas redes sociais. Não identificamos perfis nos anos de 2010 e 2020. No ano de 2009, apenas um perfil no Twitter com grande representatividade: Marcha Mundial das Mulheres<sup>26</sup>, com 21,9 mil seguidoras/es e 8.168 tweets. No detalhamento da descrição, expõe que é um movimento feminista e anticapitalista, endossando a palavra de ordem “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

Em 2011, três páginas no Facebook. A Marcha das Vadias de Brasília<sup>27</sup> agrega maior quantitativo: 14.701 pessoas estão seguindo e 14.696 curtem. De igual modo, número significativo de adesão foi constatado na Marcha das Vadias Curitiba<sup>28</sup>, calculando 10.321 pessoas que seguem e 10.310 curtidas.

Na “Carta Manifesto da Marcha das Vadias de Brasília – Por que marchamos?”, publicado em 2011, ano da primeira Marcha das Vadias no Distrito Federal, as mulheres apontaram que marcham porque vivem em uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, dividindo-as em “santas” e “putas”; e muitas mulheres que denunciam estupro são acusadas de ter procurado a violência pela forma como se comportam ou pela forma como estavam vestidas. Marcham porque a mesma sociedade que explora a publicização dos seus corpos voltada ao prazer masculino se escandaliza quando as mulheres mostram o seio em público para amamentar as/os filhas/os. Reforçaram que marcham, porque, durante séculos, as mulheres negras escravizadas foram estupradas pelos senhores, também porque, nos dias atuais, empregadas domésticas são estupradas pelos patrões. Marcham porque todas as mulheres, de todas as idades e classes sociais, sofreram ou sofrerão algum tipo de violência ao longo da vida, seja simbólica, psicológica, física ou sexual (Carta Manifesto da Marcha das Vadias de Brasília, 2011, *online*).

No ano de 2012, oito perfis no Facebook. A Marcha das Vadias Sampa<sup>29</sup> tem maior adesão: 19.388 seguidoras/es e 19.260 pessoas curtem. Na sequência, a Marcha das Vadias Belo Horizonte<sup>30</sup> com 10.239 pessoas que estão seguindo e 10.213 curtidas.

---

<sup>22</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/FrenteAsAmazonas/>

<sup>23</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/frentefeministadelondrina/>

<sup>24</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/frentefeministadeldn/>

<sup>25</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/frenteabolicionistasp/>

<sup>26</sup> Recuperado de: <https://twitter.com/marchamulheres>

<sup>27</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/>

<sup>28</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/marchadasvadiascwb/>

<sup>29</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>

<sup>30</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/marchadasvadias/>

Em 2013, quatro páginas, sendo três no Facebook e um no Instagram. A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver<sup>31</sup> possui muita expressividade: 24.426 seguidoras/es e 24.028 pessoas curtem. A Marcha Mundial das Mulheres<sup>32</sup> vem na sequência com 14,5mil seguidoras/es, salientando o mote “Resistimos para viver, marchamos para transformar!”.

No ano de 2014, oito perfis, sendo sete no Facebook e um no Twitter. A Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro – ES<sup>33</sup> – abarca maior articulação, contando com 2.203 seguidoras/es e 2.166 curtidas. Na sua descrição, mobiliza para conclamar a II Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro, reafirmando o mote da Luta Transnacional Contra o Racismo, a Diáspora Negra Contra o Genocídio e, também, articula e visibiliza a Campanha Reaja ou será Morta, Reaja ou Será Morto.

Em 2015, nove páginas no Facebook. A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo<sup>34</sup> dispõe do maior número de seguidoras/es: 8.288, com 7.533 curtidas. No ano de 2016, somente dois perfis no Facebook. A Marcha da Negritude Catarinense<sup>35</sup> registrou maior adesão: 1.093 seguidoras/es e 1.088 curtidas; em sua descrição divulga e mobiliza a participação na Marcha da Negritude Catarinense.

Em 2017, quatro páginas, com três no Facebook e uma no Instagram. A adesão mais expressiva foi na Marcha do Empoderamento Crespo<sup>36</sup> com 4.429 seguidoras/es; no texto da descrição, assinala a palavra de ordem “Estamos na rua pra lutar, pelo direito do cabelo encrespar!”.

No ano de 2018, três perfis, aparecendo dois no Facebook e um no Instagram. A Marcha do Orgulho Trans<sup>37</sup> agrega grande contingente, perfazendo 13 mil seguidoras/es. Em 2019, três páginas, com duas no Facebook e uma no Instagram. A Marcha das Mulheres Negras SP<sup>38</sup> possui maior adesão: 4.251 seguidoras/es; na descrição, mobiliza as mulheres para que acompanhem a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo 2020.

No levantamento, localizamos e mapeamos os perfis independentemente do ano de sua criação, a fim de caracterizar o cenário do ciberativismo feminista e transfeminista no Brasil. Considerando a particularidade dos objetivos desse estudo, selecionamos apenas as páginas criadas entre 2015 e 2020 para a apresentação do crescimento dos movimentos e levantes feministas e transfeministas em redes nas categorias *Marcha*, *Frente* e *Coletivo*. A figura 2 expõe o crescimento do ciberativismo no período de 2015 a 2020.

No ano de 2015, foram criados 61 perfis feministas e transfeministas entre as redes sociais Twitter, Instagram e Facebook: 9 Marchas (14,7%), 12 Frentes (19,7%) e 40 Coletivos (65,6%). Em 2016, somaram 76 páginas: 2 Marchas (3%), 17 Frentes (22%) e 57 Coletivos (75%). O ano de 2017 teve 54 perfis: 4 Marchas (7%), 16 Frentes (30%) e 34 Coletivos (63%). No ano 2018, totalizou-se 67 páginas: 3 Marchas (4,5%), 17 Frentes (25,4%) e 47 Coletivos (70,1%). O ano de 2019 aglutinou 52 perfis: 3 Marchas (6%), 10 Frentes (19%) e 39 Coletivos (75%). Em 2020, criaram 34 páginas: 4 Frentes (12%) e 30 Coletivos (88%).

No intervalo de 2015 a 2020, contabilizaram 344 perfis: 21 Marchas, correspondentes a 6,1%; 76 Frentes, equivalendo-se ao total de 22,1%; e 247 Coletivos, somando 71,8%. As páginas com maior número de criação estão na categoria Coletivos, mas o ciberativismo ocorre articulado ao conjunto de perfis das Marchas e Frentes pesquisados, bem como outras categorizações que não foram mapeadas nesse estudo.

---

<sup>31</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/Marchamnegra/>

<sup>32</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/marchamulheres/>

<sup>33</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/IIMarchaNacionalContraoGenocidiodoPovoNegroES/>

<sup>34</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/mmnegrasSP/>

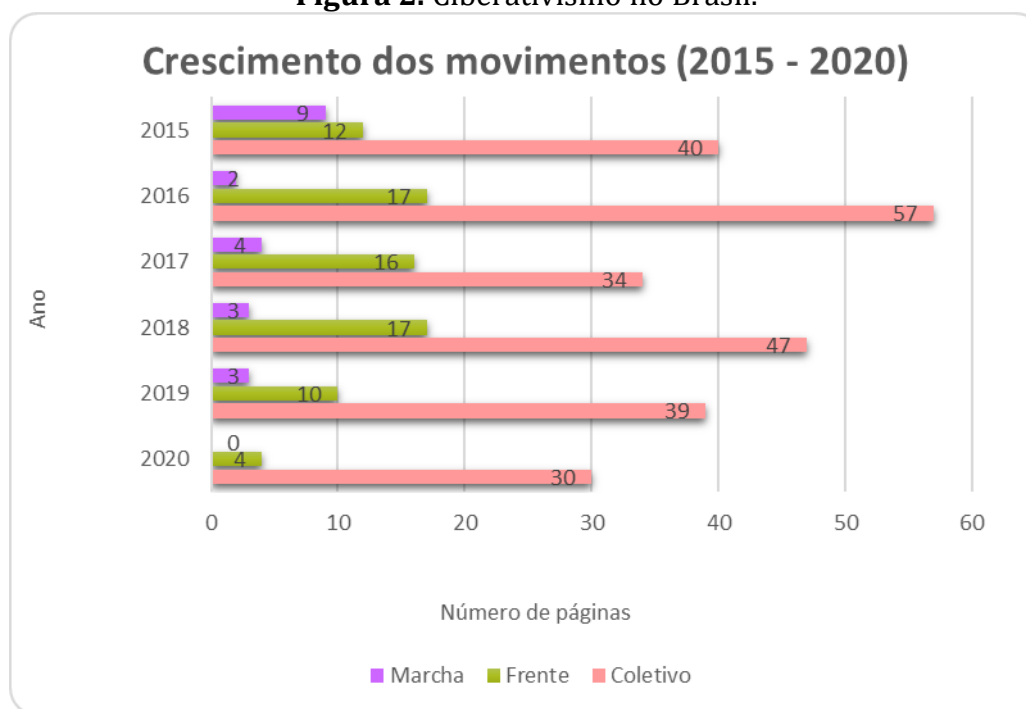
<sup>35</sup> Recuperado de: <https://www.facebook.com/marchadanegritudecatarinense/>

<sup>36</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/marchadoempoderamento/>

<sup>37</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/orgulhotrans/>

<sup>38</sup> Recuperado de: <https://www.instagram.com/marchadasmulheresnegrassp/>

**Figura 2.** Ciberativismo no Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento nas redes sociais.

Ao somar o quantitativo de páginas criadas no período de 2015 a 2020 e relacionar com o número que existia em 2015, constatamos, em 2020, que houve crescimento dos movimentos no âmbito do ciberativismo feminista e transfeminista. Nas Marchas, saiu de nove para 21 perfis, apontando um crescimento de 133%; nas Frentes, foi de 12 para 76 páginas, acumulando aumento percentual de 533%; nos Coletivos, haviam 40 e somaram 247 perfis, chegando ao crescimento de 518%. Comparando-se os dados da porcentagem total, em 2015, o número de 61 páginas evoluiu para 344 perfis em 2020, calculando um aumento de 464% no ciberativismo.

Como pesquisamos os perfis das Marchas, das Frentes e dos Coletivos, referenciando a busca com os termos *Feminista* e *Transfeminista*, suscitou, durante o mapeamento, o interesse em conhecer os dados da intenção de pesquisa a partir desses termos. Desta feita, acessamos o *Google Trends*<sup>39</sup> e fizemos o levantamento, acrescentando mais dois termos nas buscas, baseando-se, portanto, nos seguintes termos de pesquisa: *Feminismo*; *Feminista*; *Transfeminismo* e *Transfeminista*, no período de 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2020<sup>40</sup>, no contexto do Brasil.

Apresentamos os índices da popularidade por mês e a média de popularidade por ano. No *Google Trends*, os valores são calculados em uma escala de 0 a 100. Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. O valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo; o valor de 50

<sup>39</sup> O *Google Trends* (*trends* significa tendências, em inglês), criado em 2006, é uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ou tópico ao longo do tempo. Os resultados do *Trends* são uma parte coletada dos resultados totais do Google: o buscador coleta os dados, categoriza-os, conecta-os a um tópico e remove informações pessoais. Do resultado, são excluídos os dados pesquisados por poucas pessoas, buscas por um termo realizadas pela mesma pessoa em um curto período de tempo e caracteres especiais (Farias, 2020). Recuperado de: <https://trends.google.com/trends/>

<sup>40</sup> Como o levantamento foi feito em setembro de 2020, não tivemos como abarcar o ano de 2020 na íntegra. Assim, consideramos os dados da intenção de pesquisa disponíveis até o primeiro dia do mês de setembro de 2020 no *Google Trends*.

significa que o termo teve metade da popularidade; uma pontuação de 0 denota que o termo atingiu menos de 1% da popularidade que o pico somou (Farias, 2020).

No ano de 2015, a popularidade por mês da pesquisa do termo *Feminismo* teve os seguintes níveis por mês: 19 em janeiro, 24 em fevereiro, 39 em março, 30 em abril, 35 em maio, 38 em junho, 29 em julho, 36 em agosto, 41 em setembro, 80 em outubro, 76 em novembro e 47 em dezembro. Os maiores níveis de busca foram nos meses de outubro e novembro. A popularidade em 2016 atingiu os valores de 30: janeiro, 41: fevereiro, 62: março e abril, 78: maio, 82: junho, 45: julho, 58: agosto, 47: setembro, 55: outubro e novembro, 42: dezembro, com mais expressividade em junho e maio.

Em 2017, os índices chegaram a 37 no mês de janeiro, 46 em fevereiro, 79 em março; 54 no mês de abril, 51 em maio, 68 em junho, 34 no mês de julho, 42 em agosto, 46 em setembro, 41 no mês de outubro, 37 em novembro, 27 em dezembro. Nos meses de março e junho, as taxas revelam que tiveram mais buscas. No ano de 2018, observamos ao mês tais níveis: 30 em janeiro, 47 em fevereiro, 69 em março, 51 em abril, 52 em maio, 56 em junho, 45 em julho, 62 em agosto, 90 em setembro, 100 em outubro, 59 em novembro e 67 em dezembro. Nesse ano, a popularidade do termo feminismo chegou ao pico no mês de outubro, também totalizou grande alcance em setembro.

As buscas em 2019 contabilizaram valores como 45: janeiro, 54: fevereiro, 92: março, 63: abril, 52: maio, 60: junho, 42: julho, 57: agosto, 59: setembro, 49: outubro, 53: novembro, 37: dezembro. Os meses de março e junho marcaram maiores quantitativos nas pesquisas. Em 2020, o total dos índices foram na linha de 36 em janeiro, 64 no mês de fevereiro, 85 março, 60 em abril, 54 no mês de maio, 62 junho, 58 em julho, 55 no mês de agosto, 48 setembro. Tiveram mais expressão nos meses de março e fevereiro.

A popularidade do termo de pesquisa *Feminismo* perfez a média anual crescente, comparando-se ao ano inicial da análise em 2015. Os valores foram de 41, no ano de 2015; 55, em 2016; 47, no ano de 2017; 61, em 2018; 55, no ano de 2019; e 58, em 2020. A maior média nas buscas de pesquisas ocorreu no ano de 2018; houve aumento percentual de 41,5%, ao comparar os anos de 2015 e 2020.

O ano de 2015 registrou a popularidade ao mês do termo *Feminista* com os índices 16: janeiro, 25: fevereiro, 33: março, 27: abril, 24: maio, 31: junho, 21: julho, 24: agosto, 26: setembro, 49: outubro, 51: novembro e 36: dezembro. Com maiores buscas ficaram os meses de novembro e outubro. Em 2016, os valores somados: 22 em janeiro, 34 em fevereiro, 47 em março, 41 em abril, 53 em maio, 56 em junho, 37 em julho, 36 em agosto, 40 em setembro, 60 em outubro, 44 em novembro e 38 em dezembro. Nos meses de outubro e junho, a intenção de pesquisa esteve mais expressiva.

Os níveis de 2017 foram 38 no mês de janeiro, 31 em fevereiro, 67 em março, 35 no mês de abril, 39 em maio, 36 em junho, 29 no mês de julho, 37 em agosto, 35 em setembro, 33 no mês de outubro, 39 em novembro e 29 em dezembro. O quantitativo foi maior em março. No ano de 2018, os índices totalizaram 32 no mês de janeiro, 34 no de fevereiro, 60 no mês de março, 35 no de abril, 55 no mês de maio, 46 no de junho, 39 no mês de julho, 47 no de agosto, 83 no mês de setembro, 100 no de outubro, 57 no mês de novembro e 49 no de dezembro. O pico foi alcançado em outubro, e setembro somou grande nível.

Em 2019, os cálculos foram 42: janeiro, 48: fevereiro, 69: março, 48: abril, 45: maio, 46: junho, 35: julho, 40: agosto, 42: setembro, 38: outubro, 40: novembro e 32: dezembro. O mês de março marcou a taxa mais alta nas buscas. O ano de 2020 atingiu os seguintes valores: 37 em janeiro, 51 em fevereiro, 59 em março, 40 em abril, 41 em maio, 57 em junho, 50 em julho, 44 em agosto, 39 em setembro. Os meses de março e junho tiveram maiores índices.

Na busca ao ano, a popularidade alcançou valores crescentes em todos os anos, levando em consideração o ano de 2015. Notou-se a média de 30 em 2015, 42 no ano de 2016, 37 em 2017, 53 no ano de 2018, 44 em 2019 e 46 no ano de 2020. A popularidade maior foi em 2018, contabilizando aumento de 53,3% nas pesquisas entre o ano de 2015 e 2020.

Em se tratando da popularidade ao mês do termo *Transfeminismo*, as taxas de pesquisas alcançaram, em 2015, os níveis de 55 no mês de março, 85 em abril, 55 no mês de maio, 26 em julho, 25 no mês de agosto, 100 em outubro, 26 no mês de novembro e 27 em dezembro. Nos meses de janeiro, fevereiro, junho e setembro, o índice foi zero, significa, portanto, que não atingiu 1% do pico calculado. O mês de outubro marcou o pico das buscas. No ano de 2016, os valores chegaram a 53: janeiro, 75: março, 74: maio, 26: junho, setembro e novembro, 54: dezembro. Os meses de fevereiro, abril, julho, agosto e outubro apresentaram pontuação 0. Nos meses de março e maio, os níveis tiveram maiores alcances.

Em 2017, foram atingidos os seguintes índices: 25 no mês de janeiro, 54 em fevereiro, 45 no mês de março, 49 em maio, 25 no mês de junho, 76 em setembro, 48 no mês de outubro, 23 em novembro e 25 no mês de dezembro. Os valores zero tiveram marca nos meses de abril, julho e agosto. As buscas mais expressivas ocorreram nos meses de setembro e fevereiro. A pontuação em 2018 foi distribuída, ao mês, com 67 no de março, 69 abril, 23 em maio, junho e setembro, 46 no de julho, 89 outubro, 48 em novembro. Os níveis foram zerados nos meses de janeiro, fevereiro, agosto e dezembro. A pesquisa somou mais em outubro.

O ano de 2019 apresentou os valores de 25: fevereiro, 47: março, 22: maio, 23: julho, 44: agosto, 20: outubro, 22: dezembro. Nos meses de janeiro, abril, junho, setembro e novembro, o índice foi zero. Obteve-se maior índice em março. Os níveis em 2020 totalizaram 21 nos meses de janeiro e fevereiro, 18 em março, julho e setembro, 35 no mês de abril, 17 em maio; 52 no de junho, 36 em agosto. A taxa de pesquisa com maior expressão se deu no mês de junho.

A média da popularidade ao ano nas buscas com o termo *Transfeminismo* teve aumento e também decréscimo no íterim de 2015 a 2019. O ano de 2015 resultou a média de 33; em 2016, foi 28; 2017 chegou a 31; 2018 subiu para 32; no ano de 2019, houve redução: 17, com mais buscas em 2020, atingindo 26. A maior taxa registrada aconteceu em 2015, tendo diminuição de 21,2% ao comparar a média de 2015 e 2020.

As buscas por mês com o termo *Transfeminista* demarcaram no ano de 2015 os níveis de 57: janeiro, 55: março, 52: julho e 51: novembro. Nos meses de fevereiro, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro, o índice foi zero. A maior taxa foi atingida no mês de janeiro. Em 2016, as pesquisas alcançaram o pico no mês de março. Os valores apareceram zerados em janeiro, abril, maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro. No mês de fevereiro, foi 56, junho 52 e agosto 53.

O ano de 2017 assinalou índices como 51 em janeiro, abril e junho, 54 no mês de fevereiro e 48 em outubro. A pontuação zero se deu nos meses de março, maio, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro. Alcançou-se mais buscas em fevereiro. Nas pesquisas de 2018, os níveis foram de 48 em janeiro e 46 no mês de julho, enquanto teve valores zerados no período de fevereiro a junho, bem como de agosto a dezembro. Sua expressão maior foi no mês de janeiro.

No ano de 2019, os valores somaram 48 em abril e 47 em junho. Nos meses de janeiro a março, maio, julho a dezembro, as pesquisas obtiveram resultado zero. Maior índice alcançado nas buscas ocorreu em abril. Em 2020, a pontuação foi de 36 no mês de março e 73 no mês de setembro. O índice de zero marcou os meses de janeiro, fevereiro e de abril ao mês de agosto. Notou-se que as pesquisas tiveram a soma mais alta em setembro.

A média da popularidade ao ano das buscas fez crescimento e redução em alguns anos durante o intervalo de 2015 a 2020. As pesquisas contabilizaram as médias de 18 em 2015. No ano de 2016, atingiram 22, passando para 21 em 2017, com o decréscimo no ano de 2018, chegando a 8, mantendo-se em 8 no ano de 2019, evoluindo para 12 em 2020. Dessa forma, registrou-se o índice mais elevado no ano de 2016, cuja diminuição dos níveis somou 33,3% de 2015 para 2020.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência e a reação das mulheres subsidiadas pelo potencial organizativo, formativo e combativo dos movimentos feministas e transfeministas traduzem o grau de importância dos feminismos e transfeminismos, considerando suas diversidades identitárias e políticas, suas estratégias de organização e atuação. As tecnologias, por sua vez, se instituem como mecanismos que potencializam e oxigenam a capacidade e as habilidades organizativas de articulação, resistências e enfrentamentos, confirmando, pois, que a relação/ligação entre os feminismos e transfeminismos e as mídias sociais fortalece a atuação dos grupos feministas e transfeministas.

Na investigação realizada, tivemos o prazer da descoberta do grande arsenal de perfis, páginas e comunidades virtuais que ocupam o ciberespaço, na dinâmica brasileira, mas interconectadas à conjuntura global/mundial, posto que os ciberativismos rompem com as fronteiras limítrofes, antes impeditivas dos diálogos e das trocas de experiências. Embora o levantamento tenha sido restrito às tipologias/nomenclaturas Marchas, Frentes e Coletivos Feministas e Transfeministas nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter, na particularidade do Brasil, se constituiu como enriquecedor para “revelar o retrato” do ciberativismo nas especificidades feministas e transfeministas, em constante diálogo entre os perfis e os movimentos, e entre as realidades locais, regionais, nacionais e internacionais, sobretudo, porque as demandas e as necessidades das mulheres são históricas e estruturais, manifestando-se em todas as sociedades, obviamente com as particularidades das culturas e dos valores arraigados de cada sociedade, porém, atravessadas por relações similares da estrutura patriarcal, capitalista, racista, sexista e heterossexista.

Ao “navegar” pelas redes, comprovamos a tendência crescente dos canais virtuais criados por diferentes grupos de mulheres para compartilharem vivências; relatarem os desafios e as experiências; dialogarem acerca das necessidades/demandas, bandeiras de lutas e construir pautas; endossarem as reivindicações; deliberarem coletivamente as estratégias, as propostas e as ações de enfrentamentos; fortalecerem as lutas, acolhendo-se entre si e oxigenando-se nesse processo para acumular forças e retroalimentar as resistências. Os dados do mapeamento demonstraram igualmente o aumento percentual nos índices da intenção e da popularidade de pesquisa, cujas abordagens relacionam-se ao escopo da busca sobre feminismos e transfeminismos. Desse modo, as atividades, as ações e as mobilizações em redes cooperam na formação socioeducativa e sociopolítica crítica de inúmeras mulheres, bem como na (re)construção e potência das lutas sociais feministas e transfeministas.

**AGRADECIMENTOS:** Não aplicável.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Nascimento, A. P. L.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Cruz, M. H. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Buitoni, D. S., & Lopes, M. (2018). "Revista AzMina" e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(2), 21-40. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i2.24613>
- Campos, C S. S. (2011). A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO.
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*, 132, 211-230. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.138>

- Costa, A. A. A., & Sardenberg, C. M. B. (2008). Introdução - O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: Costa, A. A. A., & Sardenberg, C. M. B. (Orgs.). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 43-60.
- Costa, C. (2018). Rede. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23-47.
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Cruz, M. H. S. (1). A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 7(12),15-28. <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2949>
- Dutra, Z. A. P. (2018). A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. *Revista Feminismos*, 6(2), 19-31.
- Farias, F. (2020). Google Trends: o que é a ferramenta e como usá-la na sua estratégia. Florianópolis: Resultados Digitais.
- Hooks, B. (2019). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Jesus, J. G. (2018). Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. *REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 1(1), 5-24. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.1.9064>
- Jesus, J. G. (2013). Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 493-503. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300003>
- Jesus, J. G. (2014). Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: Jesus, J. G. (Org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, p. 3-18.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, 86, 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- Marcha das Vadias de Brasília (2011). Carta Manifesto da Marcha das Vadias de Brasília – Por que marchamos? Recuperado de: <https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/>
- Matos, M. (2010a). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociologia Política*, 18(36), 67-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- Matos, M. (2010b). Desdobramentos das agendas dos feminismos contemporâneos: a quarta onda. In: Matos, M. (Org.). *Enfoques feministas e os desafios contemporâneos. Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios*. Belo Horizonte: UFMG, p. 13-43.
- Natansohn, G., & Reis, J. S. (2017). Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira. *Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia*, 5(10), 113-130.
- Oliveira, B. N., & Silva, F. J. G. (2016). Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. *Anais do Seminário Nacional de Sociologia da UFS*, São Cristóvão, SE, Brasil. Recuperado de: <https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/view/6079/5092>
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.

**Recebido:** 30 de abril de 2021 | **Aceito:** 7 de maio de 2021 | **Publicado:** 12 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.